BANCO DO BRASIL — ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS

— O Banco do Brasil não constitui serviço público federal, nem entidade concessionária de serviço público, mas apenas uma sociedade anônima, da qual é acionista a União.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO DE MINAS GERAIS

Banco do Brasil versus Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte

Agravo de petição n.º 1.391 — Relator: Sr. Desembargador

J. BENÍCIO

ACÓRDÃO

Relatados e discutidos êstes autos de agravo de petição, entre partes, agravante, Banco do Brasil, agravada, a Fazenda Municipal de Belo Horizonte, etc.:

Acordam, em turma da 2.^a Câmara Civil do Tribunal de Apelação, integrado neste o relatório *retro*, negar provimento ao recurso e confirmar a sentença agravada por seus fundamentos.

Segundo se tem entendido, o Banco do Brasil não constitui serviço público federal nem, ainda, entidade concessionária de serviço público.

É uma sociedade anônima, da qual é acionista a União, que lhe confia serviços próprios de sua atividade, como poderia confiá-los a qualquer outro estabelecimento de crédito, como observou o Sr. Ministro Costa Manso em acórdão de 3 de outubro de 1938 (*Rev. Forense*, vol. LXXVIII, 286).

Esta, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (*Rev. Forense*, vol. LXXXIX, 453), e, acorde com ela, a dêste egrégio Tribunal, como salientou a Fazenda agravada em sua impugnação aos embargos.

Custas, pelo agravante.

Belo Horizonte, 12 de junho de 1944. — *Batista de Oliveira*, Presidente.
— *J. Benício*, Relator. — *Amílcar de Castro*.

RELATÓRIO

A Fazenda Municipal de Belo Horizonte propôs a presente ação executiva contra o Banco do Brasil, para o compelir ao pagamento de Cr\$ 3.316,20, proveniente de imposto predial, territorial, taxas e multa de vinte por cento, relativos ao exercício de 1942, conforme certidões da dívida, devidamente inscrita, a fls.

O réu defendeu-se em embargos, alegando, em substância, que, em face do art. 1.^o do Decreto-lei n.^o 24.094, de 9 de abril de 1934, em pleno vigor na vigência da Constituição de 1934 e, na atual de 1937, êle goza de isenção de todos e quaisquer impostos federais, estaduais e municipais, acrescentando que o Banco do Brasil não é simples concessionário de serviços públicos, é êle mesmo serviço público federal, estadual, como tal, a coberto de tributações dos Estados membros e municípios.

A Fazenda exequente impugnou os embargos.

Proferido o despacho saneador, realizada a audiência de instrução e julgamento, o juiz proferiu sentença, julgando procedente a ação.

Dessa decisão, foi o agravante intimado a 13 de março, e, a 17 seguinte, interpôs êle agravo de petição com fundamento no art. 45, letra c, do Decreto-lei n.^o 960, tendo sido o recurso processado regularmente, com observância dos prazos processuais, inclusive os relatórios, a apresentação e preparo nesta instância, havendo a Fazenda agravada oferecido contra-minuta e o Dr. Juiz sustentado a sentença.

Assim vistos, relatados, peço dia.

Belo Horizonte, 29 de maio de 1944. — *J. Benício*.